

A VERDADE VOS LIBERTARÁ! QUAIS VERDADES?

Rodrigo da Silva Félix^()*

Resumo

A busca pela verdade é uma constante na vida do ser humano. Vários pensamentos tentaram dar uma significação para este processo, a Filosofia, tentou colocar o homem mais próximo de um ideal, algo que o colocasse interagindo intimamente com o cosmos. A Teologia, por sua vez, aponta uma busca necessária para o reencontro da humanidade com Deus, unidade esta, perdida com o pecado. Já para a História, as verdades, se colocam no processo histórico, como ressaltam os pensadores analisados, Marlon Salomon, Michel Foucault e Paul Veyne. Objetivamos uma reflexão modesta sobre a questão da verdade, ou das verdades, e como estas são entendidas no âmbito filosófico, teológico e pela História e, portanto, a relação do indivíduo neste processo.

Palavras – Chave: Verdades. Memória. História. Filosofia.

Abstract

The search for truth is a constant in human life. Several thought tried to give a meaning to this process, philosophy, tried to put the man closest to an ideal, something that put him interacting closely with the cosmos. Theology, in turn, points to a necessary search for the reunion of mankind with God, this unit, lost in sin. As for history, the truth, stand in the historical process as stress thinkers analyzed, Marlon Salomon, Michel Foucault and Paul Veyne. We aim a modest reflection on the question of truth, or truths, and how they are understood in the philosophical context, theological and by history and therefore the relationship of the individual in this process.

Keywords: Truths. Memory. History. Philosophy.

Desde tempos imemoriais, quando não mais vivíamos nas sombras das cavernas, o mundo de fora, ao mesmo tempo, aterrorizava e fascinava. Já na época dos filósofos clássicos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, a busca pela verdade e pela sabedoria era uma necessidade. Para os filósofos os questionamentos acerca do cosmos, era o modo de viver do ser humano, sempre em busca numa tentativa de fazer com que as pessoas se livrassem de suas falsidades e buscassem o eterno e o imutável.

A história da filosofia está repleta de pensamentos que visam colocar o homem mais próximo de um ideal. A verdade das coisas sempre esteve no esteio das grandes elucubrações filosóficas e teológicas e continua sendo uma questão que se impõe. Num momento de acontecimentos rápidos e descartáveis, nada mais parece durar, há sempre um movimento de utilidade e superação, tanto na tecnologia e até nas afetividades.

^(*)Graduado em Filosofia pela PUC-Minas, especialista em Filosofia e Educação pela Faculdade Tecnologia, Ciência e Educação-FATECE, Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Historiador do Museu de Arte Sacra da Diocese de Uberlândia-MG.

Este trabalho parte, de forma modesta, das reflexões acerca da “Verdade” passando pelo pensamento filosófico, teológico e seus desdobramentos na historiografia. Num determinado momento, a humanidade acreditava que todos os dilemas haviam sido superados pelo advento do cristianismo e de sua tentativa de dar um sentido à existência humana, colocando as “verdades divinas” como escopo de nossa odisséia. No entanto, os processos de ruptura, ao longo da história, determinaram a instabilidade, a inconstância até mesmo a da história.

O historiador Marlon Salomon dialoga com Paul Veyne e Michel Foucault, em seu texto: *Afrontar o perigo: a questão da história da verdade; que faz parte do livro organizado por ele: História, verdade e tempo* (2011). Neste encontro, vários aspectos são analisados e debatidos na tentativa de ambos, em demonstrar a inexistência de uma verdade universal que seria a “grande mãe” de todas as outras, tendo sempre em vista o processo histórico e seu dinamismo.

Tendo sido afirmado o caráter múltiplo das verdades, estando estas, sujeitas as estruturas formais, determinantes para o sujeito quanto para o objeto, faz-se necessário uma abordagem sobre a dimensão da veracidade do documento histórico em seu papel central na pesquisa historiográfica. O medievalista Jacques Le Goff (2003) propõe, chamando outros autores como Foucault, uma visão mais crítica na construção do documento que foi sendo transformado em “fonte” ao longo do tempo, e como este, também está sujeito as subjetividades e à manipulação, é claro, que não negando sua importância, mas ressaltando sua fragilidade.

1 A VERDADE ENTRE A FILOSOFIA E A TEOLOGIA

O que é a verdade? (João, 38-18) *Eu sou o caminho, a Verdade e a Vida* (Jo, 14-6); *A verdade vos libertará* (Jo, 8-32). Estas máximas bíblicas presentes nos evangelhos, apontam para uma das questões centrais para o conhecimento humano: a busca pela “Verdade”. Esta incessante busca por repostas que esclareçam os grandes dilemas da vida humana já era uma preocupação posta pela Filosofia, conforme ressalta Peter Eicher (1991) em seu *Dicionário de Conceitos Fundamentais da Teologia*,

A questão acerca da verdade nasce de interesse originário por orientação confiável para a vida. É, pois, uma questão fundamental pra a vida humana. Uma vez que ela compenetra todas as referências da vida humana (...). Por isso, a questão acerca da verdade também não é idêntica com a pergunta de Pilatos: O que é a verdade? Pois, esta

já pressupõe uma atitude refletida e cética (...). O problema filosófico da verdade nasce do interesse humano pelo que é confiável (EICHER, 1991, s/d).

Este pensamento filosófico relaciona o problema ou a necessidade da verdade com o processo do conhecimento vivido pelo ser humano em todos os níveis, justamente, porque buscamos aquilo que é “confiável” no mundo, algo que garanta à estabilidade da vida, assim, a concordância entre o intelecto e a realidade, pensado por Tomás de Aquino, torna-se central para o conhecimento. De acordo com a tese tomasiana e a filosofia escolástica, somente existe verdade na filosofia se “ser e saber” estão de acordo; para a teologia clássica a preocupação com a pergunta “cética” de Pilatos a Jesus, é tomada a sério e onde o destino da humanidade está em jogo. Podemos conhecer a verdade? O que é a verdade? O teólogo Joseph Ratzinger (2011) retoma a ideia de Santo Tomás sobre a verdade e a realidade,

Com outra afirmação de Santo Tomás, já os apropriamos mais das intenções de Jesus. A verdade está no intelecto de Deus, em sentido próprio e em primeiro lugar (*próprio et primo*), enquanto o intelecto humano, este em sentido próprio e derivado (*propriequidem et secundário*). E desse modo chega-se, finalmente, à fórmula lapidária: Deus é “*ipsasumma et prima veritas*”- a própria verdade suma e primeira (RATZINGER, 2011, p. 176).

Conforme esta afirmação, a Verdade Absoluta está em Deus e o mundo é verdadeiro quando consegue refletir o projeto divino desejado para a humanidade, ou seja, é capaz de reconhecer sua ação libertadora através de Jesus Cristo. Ainda segundo Ratzinger, o homem torna-se verdadeiro e ele mesmo, quando se conforma a Deus. Por conseguinte, alcança sua natureza por excelência, assim, “Deus é a realidade que dá o ser e o sentido” (p. 176).

Grosso modo, para a teologia cristã, a história da humanidade, sua essência existencial e seus problemas devem conformar-se à revelação a à interferência de Deus na própria história através de Jesus Cristo. Deus e sua palavra (projeto) é a medida do ser no mundo. Através da salvação anunciada por Jesus, Deus entrou no mundo e o homem pode encontrar-se a si mesmo, reconhecendo, segundo o evangelho de João 14, que ele é o “caminho, a verdade e a vida”, portanto, a verdade torna-se reconhecível e acessível.

Nesta perspectiva, todos os dilemas da humanidade estão, por assim dizer, resolvidos na medida em que se reconhece este suposto projeto divino que deve ser colocado em prática. Evidentemente quando olhamos para a história ocidental o que percebemos são as escolhas feitas, decisões certas, ou que, em sua maioria, só tiveram

efeito duradouro pelas guerras, não obstante, a resposta a todo este percurso seria o afastamento deste projeto divino, mas esta é outra questão que não cabe à História resolvê-la.

2 A HISTÓRIA E AS VERDADES

De acordo com Marlon Salomón (2011), o terreno da história é arenoso, cheio de desafios e encruzilhadas e, sem dúvida, o que se impõe ao historiador que tenta “desvendar” as intrigas e “tramas” dos mistérios do passado. No início de seu texto: *Afrontar o perigo: a questão da história da verdade*, ele chama a atenção para a realidade difícil da representação na escrita da história. Entretanto, este risco imposto ao historiador deve ser o pressuposto de seu trabalho que é norteado pela dúvida e pela ausência: “Repetir a diferença é um risco que apenas os grandes historiadores suportaram (...) ser estrangeiro em sua própria disciplina é uma maneira de viver a história sobrevivendo à história (...), permanecer trabalhando neste canteiro malgrado de aridez” (SALOMON p.323).

Desta forma está posta as dicotomias que permeiam o ofício do historiador, o autor, citando Paul Veyne (1970), traz para o campo da história as bases da tarefa filosófica que lida com a formação de conceitos, ou seja, coloca nas mãos do historiador o desafio de “inventar conceitos” e livrando-o dos domínios exclusivos dos arquivos. Podemos perceber o interesse real de Veyne é literalmente libertar ou superar os limites (domínios) que separam as disciplinas, visto que, não é possível pensar o campo da reflexão historiográfica fechado em si mesmo. Continuando sua abordagem sobre a atuação da história, Veyne chama para seu círculo de ideias, Michel Foucault (2001), levando-o a pensar sobre a verdade na história ou a história da verdade.

Como dito, Paul Veyne busca uma ruptura com as “hierarquias” do saber, desconstruindo o conceito de continuidade, de um fenômeno histórico organizado e definido. Para ele, há uma historicidade que é descontínua e aberta, assim sendo, o futuro dos conhecimentos não está determinado. As ciências humanas, na sua representação, trocam olhares com o expectador, olhares de reciprocidade; o olhar humano como objeto é o mesmo representado nas ciências,

Não existe, para o historiador, qualquer impossibilidade, *a priori* de imitar os físicos e de extrair dum fato humano uma invariante que, sendo abstrato, é eterno e valerá para

todos os casos concretos futuros, como a lei de Galileu é válida para toda a queda futura dum corpo, não se diz que Tucídides escreveu sua história para dar lições eternas deste gênero? (...) A verdadeira diferença não se encontra entre fatos históricos e fatos físicos, mas sim entre historiografia e ciência física. A física é um corpo de leis e a história é um corpo de fatos (VEYNE, 1978, p.20).

Todas as formas de conhecimento têm base histórica. Não existe continuidade evidenciada, a história é tão crítica quanto a memória, assim, a história feita no século XIX, não é história e não deverá ser no futuro. O que existe são lacunas e rupturas, desta forma, a linguagem tem como principal papel, dar um significado às coisas, ela é uma prática que objetiva o real. Ainda segundo Veyne, a prática discursiva é o que objetiva as coisas, ou seja, não existe uma única visão ou conceito no que se refere ao conhecimento; a linguagem, assim, como a psicanálise, a etnologia e a arqueologia, trazem algo novo para o campo do saber, e essa contribuição não pode ser negada pela história.

A reflexão de Paul Veyne e Michel Foucault, se dá num terreno filosófico buscando relacioná-lo com a história e a verdade. O encontro de ambos insere a verdade e suas variáveis no terreno arenoso da história,

Paul Veyne me ajudou no curso destes anos. Como autêntico historiador, ele sabe o que é pesquisar o verdadeiro; mas ele conhece também o labirinto no qual se entra a partir do momento em que se quer fazer história dos jogos do verdadeiro e do falso; ele é daqueles, bastante raros nos dias de hoje, que aceitam afrontar o perigo que traz consigo, para todo o pensamento, a questão da história da verdade (FOUCAULT, 2001, p. 1362; Citado por Salomón, p. 325).

Para Veyne a ligação entre Foucault e Nietzsche se na no deslocamento da verdade para o “espírito humano”, de sua capacidade acerca deste conhecimento que, por sua vez, submete-se ao que ele chama de “regras de verificação”, sendo algo imperativo para a existência de um dizer verdadeiro. A crítica foucaultiana visa uma nova definição da noção de verdade, e procura demonstrar uma transformação necessária na relação entre a filosofia e a história, onde o pensamento filosófico deve ser histórico para manter seu *status* crítico. Em Foucault não existe um ceticismo absoluto, visto que, ele não nega a existência de verdades, e sim, demonstra sua fragmentação frente a concepção clássica de uma verdade metafísica.

Pensando nesta relação no processo em que se busca a verdade das coisas, Foucault aponta para as formalidades fixadas nesta procura, assim, o ser humano define o que é verdadeiro e o que é falso de acordo com seus próprios critérios, os discursos e

as práticas formais objetivam a validade do dizer verdadeiro. O método das práticas discursivas define-se como a descrição exaustiva dos mesmos (Nietzsche), onde se tenta compreender a produção de conceitos apontados nas mudanças dessas práticas (Veyne).

Outra questão surge sobre a posição do objeto no discurso sobre a verdade. Salomón aproxima o saber verdadeiro nietzschiano do kantismo historicista de Foucault, onde este determina as subjetividades, ou como ele diz os “quadros” que se apresentam e determinam a função do objeto no discurso, ou a manipulação das verdades,

Trata-se de um kantismo porque reconhece que o objeto não pode ser concebido separadamente dos quadros formais de singularização através dos quais nós o conhecemos; historicista porque afirma que o transcendental é histórico, quer dizer, que isso que constitui nosso mundo é histórico (transcendental, aqui, no sentido kantiano). Ou seja, não se trata de um conhecimento de coisas definidas como objetos naturais e possuidoras de uma verdade essencial, dada; trata-se de uma análise dos quadros formais através dos quais foi possível conhecer as coisas (...). Esses quadros formais não se encontram na estrutura do espírito humano, do sujeito que conhecem mas situam-se num espaço de relações, entre sujeito e objeto, historicamente constituído (SALOMON, 2011, p. 328).

O que prevalece nestes “métodos pictóricos” de quadros formais produzidos, é a constante necessidade de provar se existem verdades singulares ou universais, dessa maneira, a validade de tais questões não se encontram mais nos objetos, e sim nas proposições formuladas e manipuladas pelos sujeitos, concomitantemente fica dissipada a “ilusão” de uma verdade metafísica e primeira. Onde repousa, então, a verdade? Esta é uma pergunta que surge das oposições entre Foucault e o historicismo kantista. Veyne analisando a sexualidade e a loucura define que sobre qualquer conceito elaborado não existe uma única definição e esta parte da forma como foi singularizada (nominalismo) em cada época, por conseguinte, não existe uma verdade única sobre nada.

O que é o nominalismo para Paul Veyne? É o pensamento que parte do pressuposto de que, à medida que “não existem verdades gerais, cabe aos historiadores, antes de explicar os acontecimentos, discerni-los e explicitar sua singularidade”, levando em consideração que as próprias verdades gerais ou explicações generalistas são acontecimentos singulares (SALOMON, 2011, p. 331).

O conceito de verdade, segundo Salomon elaborado pelo relativismo, é questionado explicitamente. De acordo com este conceito, a verdade é oposta ao tempo e cabe à filosofia pensar a universalidade, esta contraposição de ideias é histórica e

surge na modernidade; da mesma forma, a própria noção de tempo é problemática tanto para a história quanto para a filosofia e, como ressalta José Ternes (2011),

O tempo é um problema para nós, um terrível e exigente problema, talvez o mais vital da metafísica (...) mas, paradoxalmente, talvez por ser o mais humano dos problemas, é, também, o mais distante de solução. É o lugar privilegiado das discórdias humanas (TERNES, 2011, p. 215).

A estabilidade, garantida pela existência de Deus e reivindicada pelo relativismo, já não é mais segura, dando lugar ao desconforto no processo da vida humana diante de sua limitação e finitude. A tese conformadora da teologia de Tomás de Aquino e da escolástica medieval desaparece diante da modernidade,

Enquanto Deus existia, a constatação de que as crenças variavam conforme o tempo e o lugar não era um problema: “a verdade verdadeira” era garantida e ensinada por Deus, pouco importando as variações, devidas exclusivamente à fraqueza e a finitude do homem. Com o esfacelamento de Deus, o tempo passa a ser inimigo da verdade, donde o relativismo, para o qual cada época possui sua verdade (SALOMON, 2011, p. 333).

Ainda centrado na oposição ao relativismo, faz-se necessário o reconhecimento do “caráter empírico ou histórico do sujeito”, destacado por Salomon. A permanência de uma relação entre sujeito e objeto é fundamental no processo de singularização norteador pelas diversas formas ou “dispositivos”. Evidencia-se a existência de uma “dualidade”, apontada por Veyne entre o indivíduo intelectual e o político, nesta perspectiva fica latente a ação distinta de ambos nas esferas do poder, assim, não existe uma teleologia do ser, um “dever-ser”, mas um constante *devir*, fazer-se e atualizar-se. No que tange as experiências humanas, Veyne é categórico no dizer da não existência de verdades imutáveis e eternas; nesta direção, é inviável pensar, por exemplo, na essência da democracia, ou das escolhas feitas em cada época, em suma, a verdade é o que se determinou ou decretou sobre ela,

Para Veyne, o que Foucault chama de verdade é esse segundo movimento que, no interior de um conflito, procura atribuir valor de verdade a uma das partes como justificativa da sua escolha, o que ele resume em uma afirmação lapidar, de inspiração spinozista: “(...) nós julgamos a verdade segundo nossas escolhas e não escolhemos segundo a verdade”. Portanto, querer fundamentar a ação política em alguma teoria é forjar um instrumento de poder que se assegura numa vontade de verdade (SALOMON, 2011, p. 338-339).

Paul Veyne reivindica sua postura crítica com relação à história, formula a conhecida noção de intrigas e tramas no desenvolvimento histórico e chega a afirmar que o interesse primordial da história não são as particularidades, mas vai de encontro a especificidades dos fatos, onde não há determinismos, mas sim um “desenrolar-se no mundo”,

A história não é um determinismo atômico: ela desenrola-se no nosso mundo, onde efetivamente uma guerra mundial tem mais importância do que um concerto de buzinas; a menos que – tudo é possível- que esse concerto desencadeie por si próprio uma guerra mundial; porque os fatos não existem em estado isolado: o historiador encontra-os completamente organizados em conjuntos onde desempenham o papel de causas, fins, ocasiões, pretextos, etc (...). A nossa própria existência, em suma, não nos aparece como uma constelação de incidentes atômicos, tem sentido no seu conjunto (...). A intriga pode então corte transversal dos diferentes ritmos temporais, análise espectral: ela será sempre intriga porque será humana, sublunar, porque não será um bocado de determinismos (VEYNE, 1978, p.44).

Outra consideração importante de Veyne e Foucault é uma crítica aos “imperativos” de Immanuel Kant (1724-1804), afirmando que o conhecimento de qualquer objeto é inseparável dos quadros formais. O verdadeiro somente é reconhecido como tal, se for aceito nas tramas e nos jogos discursivos que o manipulam, desta forma, a verdade, mais uma vez, afastada da metafísica ou do absoluto; tudo é passível de julgamento: é “empírico-histórico”, cai por terra a fundamentação kantiana de um “imperativo categórico” para a ação do sujeito.

No limiar das teses de Salomon, Veyne e Foucault, observa-se uma história do sujeito, do conhecimento empírico e da verdade. Nesta direção o posicionamento crítico-filosófico deve ser repensado e redefinido frente ao caráter histórico do saber, prevalece uma rejeição à verdade divina, transcendente e teleológica. Uma análise histórica leva à crítica do seu próprio processo, assim, ela não deve apoiar-se em verdades fabricadas ou entender o mundo e os seres humanos baseando-se em premissas metafísicas,

É o trabalho histórico que torna possível liberar “a história do pensamento de sua sujeição transcendental”. A crítica não deve se apoiar na busca de uma origem ou um fundamento transcendental para se exercer; para se exercer, a crítica genealógica, procedendo historicamente, busca o nascimento empírico do pensamento, da verdade, etc. Em poucas palavras: a filosofia para continuar crítica deve se tornar histórica (SALOMON, 2011, p.340).

Em suma, a análise feita por Marlon Salomon de Veyne e Foucault, lança perspectivas para uma ressignificação do agir humano na elaboração de seu processo

histórico. Veyne vê a necessidade de problematizar a tensa relação entre verdade e política. Para Salomon, vivemos uma “democracia consensual”, onde no jogo de interesses é perfeitamente possível criar enunciados verdadeiros e fundamentar neles uma atuação política, onde verdade cumpre o papel de mediadora da paz nas relações de poder.

Retomando Veyne, tal posicionamento somente teria crédito em um mundo ordenado e coerente, em que a razão determine as ações. No entanto, vivemos num mundo caótico, onde os indivíduos atuam de maneiras distintas e a verdade pode ser fabricada e escolhida livremente conforme os interesses dos lados. Portanto, a verdade não pode ser tomada em uma posição reguladora ou mediadora de paz em nenhuma circunstância.

A tese de Foucault afirma a não existência de verdades universais, mas estruturas formais que determinam as verdades válidas de cada época. A tese central é o que é feito do objeto explica o que foi o fazer na história; as práticas é que explicam os objetos e não o contrário. De acordo com Salomon, não existe em Foucault, um ceticismo dogmático ou a negação da verdade, mas um novo conceito e, por conseguinte, um novo posicionamento.

A crítica histórica deve procurar interrogar os pressupostos universais, sentenças já postas e sedimentadas, tendo em vista, o caráter diverso e dinâmico do ser humano, sendo possível conhecê-lo por meio dos quadros formais que o torna sujeito. É importante lembrar que a crítica de Foucault às “verdades universais”, e as “generalidades” está na medida das ações humanas e não nas outras ciências, como a física ou a matemática, cada qual com seus métodos podem chegar à verdade que lhes é devida. Em suma, somente através do processo histórico é possível obter o conhecimento desejado ou àquelas verdades almeçadas que surgem de tempos em tempos.

3 VERDADE E O DOCUMENTO HISTÓRICO

No campo das discussões acerca da verdade histórica e seus desdobramentos para o conhecimento humano, os documentos, ou fontes de pesquisa, são sumamente importantes para o trabalho do historiador. Qual a viabilidade ou a veracidade contida nos documentos? São eles meios para um resgate verdadeiro do passado?

O medievalista Jacques Le Goff (2003), em seu extenso livro: *História e Memória* faz importantes considerações sobre a construção histórica do imaginário em torno dos

monumentos e dos documentos, ambos tidos como “perpetuadores” das sociedades. Ele define o conceito de *monumentum* fazendo uso da etimologia do termo latino que significa “fazer recordar, inspirar, instruir”, assim, ele tem como principal função, exaltar determinadas figuras ou situações de um evento passado; por exemplo, todo o significado em torno de uma estátua de Dom Pedro I, apresentado como o “herói da independência” e fundador do império brasileiro, ou ainda, os famosos arcos do triunfo de Napoleão Bonaparte. Segundo Le Goff, os monumentos têm suas “verdades” ligadas diretamente ao poder de fazer da memória algo sempre presente,

O *monumentum* é sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (...). O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (até legado à memória coletiva) e o reeviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

O documento histórico situa-se em outra esfera da memória. Passou por variações de significados ao longo do tempo, definindo-se como “prova” na escola positivista do século XIX. Le Goff também se vale do termo latino *documentum*, principalmente evocado como (*docere*) e posteriormente como atributo de prova científica,

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo (idem).

A viabilidade e a veracidade do documento histórico, assim definido pelo positivismo, parece conter a verdade do passado, mesmo sendo fruto da escolha subjetiva do historiador, cumpre, em nível mais elevado, o papel do monumento, conforme Fustel de Coulanges (1888), em sua obra *La monarchie Française*, citado por Le Goff,

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única (...). Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apóiam em documentos, deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto (...). A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas (...). A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (COULANGES, 1888, p.p. 29-33; apud Le Goff, p. 527).

O documento aparece, segundo Coulanges, unicamente como texto, escritura, fato que impõem-se a si mesmo; nesta perspectiva o documento supera o monumento. No entanto, os limites dessa definição também se impunham. Le Goff remete-se para outras áreas do conhecimento, validando-as como fundamentais na pesquisa histórica, a guisa de exemplo, a arqueologia, a filologia e a literatura.

Com o surgimento de uma “história nova” proposta pelos *Annales*, era vital a re-elaboração e a ampliação do papel do documento histórico, como se lê em LucienFebvre (1949),

A história faz-se de documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem (...). Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949, Ed. 1953, p. 428; citado pelo autor, p. 530).

Em contrapartida, Le Goff declara que não basta reconhecer o que ele chama de “revolução documental”, e restringir-se a uma crítica histórica. Relendo Michel de Certeau (1974), ele chama a atenção para a intencionalidade na escolha do que será reconhecido de documentos/fontes pela memória das sociedades, assim, é de suma importância não renegar o aspecto subjetivo da escolha voluntária, deste ou daquele documento, impõe-se uma crítica mais radical.

Essa postura crítica é igualmente compartilhada e defendida por Paul Veyne (1971). Não sendo possível resgatar, reconstruir o passado, haja vista, que ele não existe mais, o historiador trabalha com a ausência, com o não dito pelas fontes “mutiladas”,

[...]. Ora a crítica histórica tem por única função responder à questão que este documento me ensino isto; posso confiar nele? Ela não está encarregada de dizer ao historiador, que não teria mais que fazer do que a síntese, o que nos informam os documentos: compete ao próprio historiador vê-lo e a sua síntese não e nada se não tomar conhecimento dos documentos (...). Não há seguramente dúvida de que não se pode escrever a história dos acontecimentos dos quais não resta nenhum vestígio (...). O conhecimento histórico é traçado sobre o modelo de documentos mutilados; não aceitamos passivamente esta mutilação e devemos fazer um esforço para a ver, precisamente porque, medimos o que deve ser a história sobre o modelo dos documentos (VEYNE, 1971, p. 22-23).

Michel Foucault (1969) também aponta para o questionamento do documento, sem, contudo, negar sua singularidade para o ofício do historiador. A história é construída e as fontes não contêm a fórmula mágica de fazer-nos viajar no tempo e o documento histórico não é puro em si mesmo,

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (FOUCAULT, 1969, p. 13-14; citado pelo autor).

Le Goff conclui sua reflexão reafirmando a constante interferência do pesquisador/historiador na procura por respostas, na tentativa de compreender as “tramas” individuais e coletivas de uma determinada época,

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da organização mental, inscreve-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que sua intervenção. O documento não é inócuo (LE GOFF, 2003, p. 537).

Por fim, o que distingue o trabalho do historiador é o desejo da busca e do desafio, conforme enunciado em Veyne, o de “fazer a diferença”, estabelecer laços entre conceitos e possibilidades. Paul Ricoeur (1968), afirma que a relação historiador/passado, é norteadada pelo desejo do encontro que o leva à experiência dos indivíduos de uma época, superando a mera cronologia típica do trabalho historiográfico. Esta mediação “poética” evoca, não a vivência ou o resgate de suas vidas, mas coloca-nos nesta dinâmica do reconhecimento, do questionamento e da descoberta.

Em suma, todo esse processo de busca pelas “verdades” perpassam muitos caminhos, por indivíduos e sociedades, cada qual procurando se reconhecer neste percurso de memória e da história. A realidade do passado foi construída por homens do passado, que por sua vez passa pela análise dos historiadores tendo como base metodológica os critérios de evidência. Dessa forma, aquilo que já não existe mais objetivamente, continua sendo construído indefinidamente no presente e não reconstruído na noção de resgate histórico, pouco interessante ao historiador, conforme já afirmou Marcelo Jasmim (2013, p.390). O “horizonte de expectativa” é firmado sempre no presente, permeado por “esperança e medo, desejo e vontade”, assim o movimento é a atitude que nos impulsiona a buscar algo no passado diante de variadas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 7. ed. Paulus, 1995.
- CERTEAU, Michel. *Apologie pour l'historien*. Paris: Colin, 1949.
- COULANGES, Foutel (1888). La monarchie franque, in: *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, tomo III. Paris: Hachette, 1875-1889.
- EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais da teologia*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. Usage des plaisirs et technique de soi. In _____. *Dits e Écrits*. 2 ed. Paris: Gallimard, 2001, p. 1362. V. II. (Quarto).
- JASMIM, Marcelo. Futuro (s) presente (s). In: NOVAES, Adauto (org.). *O futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições Sesc, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão; 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MALEBRANCHE, Nicolas. *A busca da verdade: textos escolhidos*. Trad. Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Discurso Editorial, 2004.
- RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a ressurreição*. Trad. Bruno Bastos Lins. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- SALOMON, Marlon. Afrontar o perigo: a questão da história da verdade. In: _____. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.
- TERNES, José. Bachelard: verdade e tempo. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, Lda, 1971.

(Recebido em setembro de 2015; aceito em outubro de 2015)